

A CAPACIDADE DE ANÁLISE.

Gaudêncio Amorim

A formação positivista da cultura brasileira, salvo raras exceções, termina por ratificar tudo aquilo que é produto e secundarizar quase tudo que é processo, talvez por isso, as aulas de história nas escolas do país, guardadas as proporções, sejam tão enfadonhas. As pessoas estão focadas no resultado, na informação estanque, no conhecimento enlatado, com preponderância para as narrativas de mão única, “sem genéricos” ou quaisquer similares que possam facultar o contraditório e o enriquecimento de um debate de visões múltiplas capaz de filtrar sua essência. Parece que este fenômeno se incrustou na história como um dever-ser face da herança francesa Comtista propagada pelos intelectuais da república, dentre eles, os célebres Raimundo Teixeira Mendes e Benjamim Constant, imortalizados pelo seu “ordem e progresso” na Bandeira Nacional.

Um verdadeiro ser pensante se inquietaria na busca dos detalhes e multivisões que restou confinado o produto, ao modo “pronto e acabado”. O quê? Por quê? Como?, entre outras indagações deveria fazer parte do estranhamento para resistir ao novo (ou para problematizar o antigo). Mas tudo isso dá trabalho e carece de tempo. Será? Daí que, comprar a ideia ou decorar, talvez, sejam mais apropriados para o passaporte imediatista que convêm os interesses espelhados num conhecimento durável (não verdadeiro) enquanto dura uma bolha de sabão, para não esquecer a lição do mestre Platão da Grécia Antiga. Este é o problema: **poucos aspiram romper as correntes que os mantêm prisioneiros no fundo das cavernas acomodados à parcela de trevas que lhes vendem como se fossem luzes**. E aqui vale acrescentar a percepção de Nietzsche: *“o conhecimento não é o termo de uma caminhada, mas o princípio de um questionamento”*.

Mas o que fazer para ter certeza de que o que nos dizem ou escrevem é verdade? Talvez, pudéssemos começar **pelo exercício da dúvida**, no sentido de que “duvidar é pensar” e, por conseguinte, fertilizando o pensamento crítico. O horizonte aberto por esta possibilidade favorece a entrada em cena da sabedoria capaz de dialogar com as várias vertentes ideológicas e estabelecer uma verdade razoável (não absoluta) sem considera-la eterna, mas eterna enquanto aceitável. Não imposta pelas verdades “oficiais” ou vendidas pelos Sofistas de plantão da elite dominante pelos meios de comunicação de massa. Mas vou parar com esta reflexão filosófica para que Pyrro (de

Elis, corrente Pyrronista) não se estremeça em sua sepultura nas catacumbas de Élide, na Grécia antiga. Acrescento à baila uma questão mais prática: **Dentre os feriados nacionalistas, o mais importante é o 21 de abril ou o 7 de setembro?**

À guisa dos prolegômenos e respeito aos relativos juízos de valor é provável que aqueles que foram tomados pela dúvida busque justificação na história, a começar pelo estranhamento que, sem pressa do “enlatado eminente” e presentista, naturalmente vai desejar o juízo de compreensão, como resultado de um processo. Nesta seara, a presunção pelo dia 21 de abril se reveste de maior significação face do simbolismo de resistência, histórico/espacial, estabelecidos para o ideal de liberdade. Entretanto não o digo como verdade pronta, mas amoldada enquanto não nos convencer do contrário. Não basta saber que Tiradentes foi enforcado e mártir da independência, mas por que, em que circunstâncias, como, quais eram os seus ideais, qual o sentido da justiça que lhe foi aplicada, etc, etc, do mesmo modo que precisamos examinar em circunstâncias D. Pedro I “bradou” o seu Independência ou morte, porque o fez, quais os seus interesse, quem estava do seu lado, etc,etc.

Os extratos sociais e políticos que culminaram com a Independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822 se apresentaram absolutamente favoráveis ao gesto simbólico do “Independência ou morte”, pois, em que pese o desejo das cortes portuguesas em manter a ordem dominante pela posse da colônia, no Brasil havia sentimentos comuns protagonizados pelo príncipe regente e pelo povo insatisfeito com a exploração predatória lusitana, além mar. Ora, aquela Revolução tão propalada pelo suposto heroísmo de Dom Pedro I serve apenas para ilustrar “os contos da história oficial”, mas pode não passar de um acontecimento natural imposto pelo sentimento nativista, pelas crises econômicas e pelo ideal de república que, fortemente se despertava de suas bases assentadas no século passado. **Coube ao príncipe o simbolismo do gesto.** Para que compreendamos esta análise, basta resgatar as constatações de Florestan Fernandes (no seu **O que é revolução**, 1981) “*Para que a revolução tenha lugar, é necessário que os exploradores não possam viver e governar como antes. É somente quando (os de baixo' não querem mais e (os de cima' não podem mais continuar a viver da antiga maneira, é somente então que a revolução pode triunfar)*”. Neste cenário, pode se dizer que o heroísmo da data transcende o mérito, porém, ainda é aquele que consagra nossos valores patrióticos mais elevados. Digamos que Dom Pedro I apenas foi fiel “as condições materiais de existência”, conforme nos ensinou Karl Marx e, talvez, qualquer um, na condição de príncipe

regente e, naquelas “condições de existência”, poderia fazê-lo. Não havia, naquelas circunstâncias (por parte do príncipe) um ideal de liberdade, mas um interesse na independência, cuja honraria o teria feito “herói” daquela conquista e imortalizado na história nacional.

O dia 21 de abril de 1792, a propósito do valor (menos) pode caracterizar a tragédia a ser esquecida, face da barbárie e a truculência de uma tirania, sob a carapaça do império, mas é também o divisor de água para que a independência triunfasse 30 anos depois, fruto de um ideal de liberdade, movimento corporificado na Conjuração Mineira, organizado e liderado por Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, covardemente delatado por **José Silvério dos Reis**, em troca do perdão de suas dívidas pela Coroa, por intermédio do governo do Visconde Barbacena, conforme registra os anais da história. Em que pese o menor apreço à data pelas autoridades e a sociedade, não há como ignorar que “Tiradentes” tem sido cada vez mais retratado com traços semelhantes às imagens de Cristo. Não sem razão, se tornou um dos poucos heróis nacionais, cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda como pelo povo da rua. Foi reconhecido em plena ditadura militar pela Lei nº. 4.897, de 09/12/1965 como Patrono da nação Brasileira e o dia 21 de abril, como Feriado nacional.

O contexto do século XVIII marca, inclusive, um movimento literário nacional, o Arcadismo (de Claudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, entre outros) que, sob a pena daquela constelação de intelectuais escrevia uma silenciosa marcha para a independência; não havia apenas uma intenção política ou interesses aleatórios, mas uma dinâmica que explícita/implícita denotava seu propósito de liberdade capaz de conjugar três aspirações básicas: **a independência do Brasil, a supressão da monarquia e a constituição da república brasileira**, que se consolidaram no século posterior, XIX. Naquele mister, se o movimento viesse a se eclodir numa revolução, teríamos uma revolução dentro de uma ordem de interesses orgânicos e legítimos, liderados por corajosos homens anônimos, no seio do povo e não corporificado em interesses dominantes, polarizados pela luta constante do poder. Eram homens que não tinha em suas mãos poder de decisão, mas possuíam o heroísmo da luta e esperança no porvir, não sem razão, o lema “*Libertas Quae Sera Tamen*” (Liberdade, ainda que tardia) da Inconfidência Mineira se configurou nos presságios, que se tornaria realidade em 1822 e passaria desfraldar nos contornos do triângulo da bandeira de Minas Gerais.

Podemos fazer a mesma análise com o **Hino da Independência** e o **Hino Nacional** e estabelecer a relevância para um sentimento de nação através do “*Já podeis da pátria filhos/Ver contente a mãe gentil/Já raiou a liberdade/No horizonte do Brasil*”, em suposta composição de “Dom Pedro I” / Evaristo Da Veiga e aquele que permanentemente ecoa nos eventos oficiais no “*Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/De um povo heroico o brado retumbante/E o sol da liberdade, em raios fúlgidos/Brilhou no céu da pátria nesse instante*” em letra de Joaquim Osório Duque Estrada que só se tornou oficial no dia 1º de setembro de 1971, através da lei nº 5.700, durante o Regime Militar.

A reflexão acima não pretende dualizar pontos de vistas para a relevância de um ou outro feriado acima aventado, mas estabelecer uma capacidade de análise crítica do conhecimento “enlatado” e, nem insurgir contra as comemorações acentuadas do dia 07 de setembro em detrimento do dia 21 de abril, muito menos duelar com a pretensa lógica cultural da nossa história que, às vezes, minimiza o valor do compositor da letra em detrimento do intérprete; daquele que começa uma obra pública em detrimento de quem a inaugura numa lógica de emoção, convenção política, circunstância ou memória, arraigados no presentismo de uma época. Todavia, é provável que a capacidade de análise da qual, ao final invoco, tenha resenha estável sob o guarda chuva do conhecimento verdadeiro e não da “bolha sabão” para validar um estágio condicional. É provável que, não alcançando o estágio do conhecimento, nossa capacidade de análise ainda possa nos retroceder na condição de “capitães do mato” ou “predadores de índios”, por interesse de outrem.



Gaudêncio Filho Rosa de Amorim: Poeta, escritor e compositor filiado a União Poxorense de Escritores – UPE e ao Instituto Histórico e Geográfico de Poxoréu – MT, autor do livro *Prefeitos de Poxoréu, Biografia* (2016) entre outros.